

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO 2026

PENAFIEL

VERSÃO_4

12 de Fevereiro de 2026



SGIFR

Sistema de Gestão Integrada
de Fogos Rurais

■ Comissão Municipal



ÍNDICE

I – Tramitação	3
I.1 Parecer.....	3
I.2 Aprovação	3
I.3 Revisão	3
I.4 Prazos de Revisão	4
II – Ficha Técnica	4
III - Sumário	5
III.1 Níveis de Adequação dos Projetos	7
IV - Estratégia municipal de gestão integrada de fogos rurais	9
IV.1 Orçamento	9
IV.2 Cronograma anual de execução	12
V – Projetos de Implementação Municipal	13
V.1 – Projetos de Valorização dos Espaços Rurais.....	13
V.2 – Projetos de Cuidar dos Espaços Rurais.....	18
V.3- Projetos de Modificação de Comportamentos.....	30
VI – Anexos	37
VI.1 Matriz de Avaliação do Risco	37
VI.2 Glossário	38
VI.3 Projectos sem declinação Municipal	39
VI.4 Cartografia de detalhe.....	45

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das principais fichas do PME de Penafiel	6
Figura 2 - Mapa da rede secundária prevista no PME para o ano 2026.....	45
Figura 3 - Mapa da rede secundária na envolvente das áreas edificadas	46
Figura 4 - Mapa da rede secundária na rede rodoviária.....	47
Figura 5 - Mapa da rede secundária na Rede Viária Municipal de acordo com a ocupação.....	48
Figura 6 - Mapa da rede secundária na rede de distribuição elétrica - REN.....	49
Figura 7 - Mapa da rede secundária na rede de distribuição elétrica - E-redes.....	50
Figura 8 - Mapa das galerias ribeirinhas previstas no PME.....	51
Figura 9 - Envolvente da Aldeia de Vilarinho e eventuais implementações das fichas	52
Figura 10 - Mapa da implementação e beneficiação das redes de defesa previstas no PME	53

I. – Tramitação

I.1 Parecer

O Programa Municipal de Execução (PME) de Penafiel foi enviado para parecer da Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CSGIFR) do Tâmega e Sousa, em 25/11/2025, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, e conjugado no n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto, tendo recebido parecer favorável (por unanimidade) em 18/12/2025.

I.2 Aprovação

Após a emissão de parecer favorável da CSGIFR, o PME de Penafiel foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR) de Penafiel, do dia 12 de Fevereiro de 2026 nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, e conjugado com o n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto.

I.3 Revisão

De acordo com o artigo 9.º do Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto, a revisão do PME de Penafiel terá uma periodicidade anual e consiste na reprogramação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores.

No decurso do processo de revisão, poderão ser suprimidas as iniciativas cuja implementação já tenha sido concluída, cujo objetivo se revele esgotado ou que, em razão de fato superveniente, tenham perdido sua utilidade ou eficácia. Também podem ser adicionados projetos não previstos nos programas de ordem superior, em função da fundamentação ou de novas necessidades identificadas, devendo sempre ser numerados conforme o previsto no artigo 5.º do Despacho supra mencionado.

Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no Programa Regional de Ação (PRA) do Norte.

I.4 Prazos de Revisão

A CMGIFR de Penafiel realizará o levantamento de necessidades anualmente e definirá prioridades para o ano seguinte, que remeterá para parecer da CRGIFR do Norte, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

II. – Ficha Técnica

O PME de Penafiel foi elaborado pelo Município em articulação com um conjunto de entidades e apresentado aos Comissários com assento na CMGIFR de Penafiel conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 29º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro de 2021, em cumprimento do anexo 2 do Despacho n.º 9550/2022. A tabela 1. traduz a ficha técnica de autores da CMGIFR de Penafiel e as entidades parceiras do processo de elaboração do PME de Penafiel.

Tabela 1. Composição da equipa técnica na elaboração do PME de Penafiel

CMGIFR de Penafiel		
Entidade	Cargo	Representante
CM Penafiel	GTF da CM Penafiel	Romeu Monteiro
CM Penafiel	COM da CM Penafiel	Nuno Santos
ICNF	Chefe de Núcleo Sub-Regional – GFR	Paulo Bessa
CIM Tâmega e Sousa ^{a)}	Chefe de Equipa Multidisciplinar	Manuela Alves
AGIF ^{a)}	Coordenador Regional	Bruno Antunes
AGIF ^{a)}	Perita Coordenadora	Cristina Azurara

a) Entidade convidada, não integra a composição da CMGIFR de Penafiel

III. - Sumário

O Programa Nacional de Ação (PNA) é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Sub-regional de Ação do Tâmega e Sousa (PSA-TS) transportou para a sub-região os projetos inscritos no Programa Regional Norte (PRA-N), em função da sua aplicabilidade. Este converte os objetivos Regionais em linhas de trabalho orientadoras para os PME e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

O PME de Penafiel define em detalhe as iniciativas a executar no território do concelho de Penafiel, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

A Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Penafiel foi constituída a 19 de Abril de 2022.

Desta forma, o PME de Penafiel define em detalhe as iniciativas a executar no território do concelho de Penafiel, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas. Assim, o PME de Penafiel conta com 12 projetos que são transpostos do PSA do Tâmega e Sousa, sendo que o projeto 1.1.2.2- Sistema de informação cadastral simplificada não tem aplicação no Município pelos motivos descritos na ficha do projeto.

No âmbito da elaboração do PME de Penafiel, foram definidos 5 projetos-chave, entendendo-se por projetos chave aqueles que, por adaptação municipal aos objetivos regionais, se relevam mais transformadores e mais rapidamente permitiram atingir o desígnio de “Proteger Portugal dos Incêndios Rurais Graves”, sendo priorizados em situação de restrição de recursos ou financiamento para execução.

Relativamente ao projeto 2.2.1.1- Reporte de Gestão de Combustível, não é pressuposto a execução de tarefas, apenas o reporte de informação ao nível de planeamento superior.

A figura 1. apresenta a extensão do concelho de Penafiel, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na ficha de projeto respetiva.

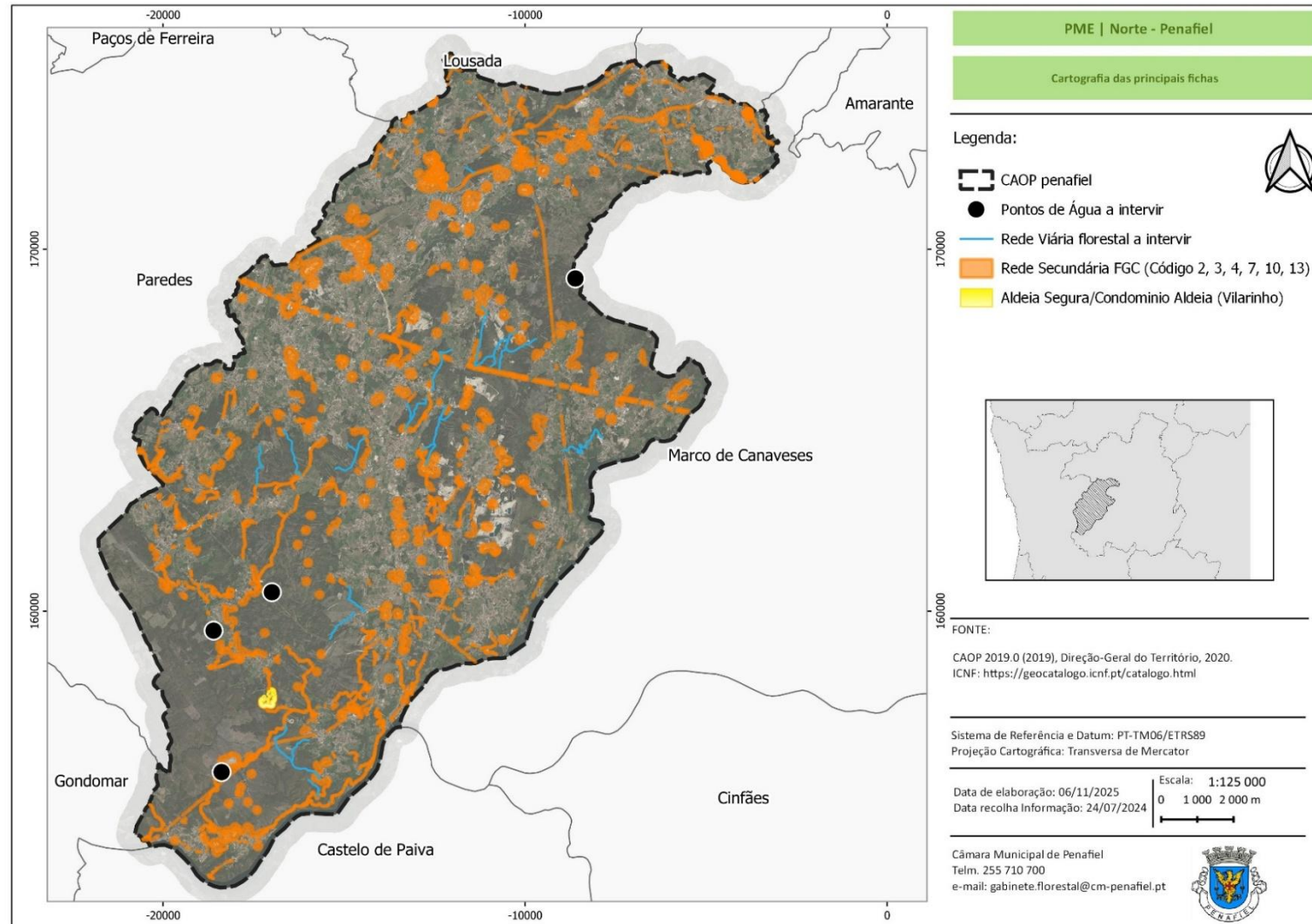











Figura 1 - Mapa das principais fichas do PME de Penafiel

III.1- Níveis de Adequação dos Projetos

A tabela 2. resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Tabela 2. Transposição das fichas de projeto do PSA do Tâmega e Sousa para o PME de Penafiel

Projeto	PSA	PME
1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada 	E	
1.1.3.2 Programa de Emparcelamento	E	
1.2.1.1 Gestão Agregada de territórios rurais	E	
1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	R	
1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos	E	
1.2.2.2 Património Florestal certificado	E	E
1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural	E	
1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais 	E	E
1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais 	M	
2.1.1.1 Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)	E	
2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas 	E	
2.1.1.3 Recuperação Pós-fogo e Intervenção em áreas ardidas superiores a 500 hectares	E	
2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) 	M	M
2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	R	
2.2.1.2 Garantir a Gestão da rede primária	E	
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária  	M	E
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível 	M	
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor	E	
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	M	E
2.2.1.7 Promover o Apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos 	M	
2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogos rurais	E	
PT11C-2.2.2.3 Promover processos de compostagem e geração de energia à escala local com base em biomassa e	M	

sobrantes e matos

2.3.1.1	Revisão e implantação das regras das redes de defesa pelos privados	M	E
2.3.1.2	Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas – Condomínio de Aldeia	M	E
2.3.1.4	Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”	M	E
PT15 2.3.1.5	Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais (RV e PA)	M	E
3.1.1.2	Apoio à população na realização de queimadas e queimadas 	M	E
3.1.1.3	Mecanismo de apoio à realização de queimadas	M	
3.1.2.1	Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas 	M	
3.1.2.2	Presença das Forças Armadas nas áreas críticas	M	
3.1.2.3	Rede de vigilância e deteção de incêndios	E	
3.1.3.3	Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais 	E	
3.2.1.1	Comunicação integrada para o risco	E	
3.2.1.2	Comunicação especializada de proximidade	M	E
3.2.1.3	Comunicação das entidades em contexto de emergência	E	
3.2.1.4	Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco	E	
3.2.2.1	Práticas pedagógicas no ensino básico e secundário para o risco	M	E
4.1.1.2	Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	M	
4.1.2.1	Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)	E	
4.1.2.2	Programação e dimensionamento do sistema	R	
4.1.2.3	Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução	E	
4.1.2.4	Normas técnicas e diretivas operacionais	E	
4.1.3.1	Orçamento do SGIFR com visão plurianual	R	
4.2.2.1	Sistema de monitorização e avaliação 	M	
4.2.2.3	Sistema de lições aprendidas 	E	
4.3.1.5	Centro Ibérico de Investigação, prevenção e combate aos incêndios rurais	E	
4.3.2.3	Gestão da supressão 	E	
4.4.1.3	Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR		
4.4.2.1	Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais		

Legenda



Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior



Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)



Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)



Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado



Projeto Chave

Projeto transformador de execução prioritária

IV. - Estratégia municipal de gestão integrada de fogos rurais

A estratégia municipal para a gestão integrada de incêndios rurais em Penafiel, delineada no Programa Municipal de Execução 2026, tem como principal objetivo tentar criar um modelo assente na prevenção e minimização dos riscos causados pelos Incêndios Rurais, seja através de ações de sensibilização, pela fomentação da gestão de combustível das redes de defesa do território, ou pela aplicação de iniciativas que permitam uma redução do número de ignições.

Ao mesmo tempo é importante que este programa identifique e promova um conjunto de medidas determinantes para um território mais resiliente, viável e gerador de valor.

Por fim, é um dos objetivos deste programa ajudar a definir um modelo de governança, monitorização e avaliação do SGIFR, que contribua para a melhoria contínua das políticas e programas públicos.

IV.1 - Orçamento

A Tabela 3 apresenta o mapa de apuramento anual das principais metas e da respetiva execução financeira associada aos projetos previstos à escala municipal. O Plano Municipal de Emergência de Penafiel dispõe de um orçamento global de 710 732 € (**setecentos e dez mil setecentos e trinta e dois euros**), destinado à implementação das ações previstas no âmbito da prevenção e mitigação do risco.

Durante o ano de 2026, a execução financeira dos projetos, sobretudo, em terrenos rústicos de proprietários privados, estará dependente de fonte de financiamento municipal e fonte de financiamento

supramunicipal, bem como, da previsão orçamental das ações e iniciativas, previstas por projeto, em diferentes orçamentos da responsabilidade de diversas entidades públicas, entidades privadas.

Tabela 3. Mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira do PME de Penafiel

Projetos	Principais Metas	Orçamento
1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada	Identificação dos Proprietários	- €
1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade	Valorização dos espaços rurais	20 950 €
1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais	Valorização dos espaços rurais	26 000 €
2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	Garantir a uniformização do território	10 000 €
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária	Prevenção e combate a incêndios rurais	403 000 €
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	Valorização dos ecossistemas e redução do risco de incêndio	22 000 €
2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados	Adequar a gestão das FGC	177 146 €
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	Proteção de pessoas, animais e bens.	52 000 €
2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras	Proteção de pessoas, animais e bens.	2 800 €
PT15 2.3.1.5 Implementação e beneficiação das redes de defesa intermunicipais	Garantir a operacionalidade das infraestruturas para o combate eficiente dos incêndios rurais.	109 636 €
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas	Redução nos comportamentos de risco	17 325,87 €
3.2.1.2 Comunicação especializada	Redução nos comportamentos de	9 090,9 €

de proximidade	risco	
3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco	Sensibilização da comunidade para adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas	3 912, 09 €
Total do orçamento do PME		710 732 €

Nota técnico-financeira explicativa

A execução e implementação dos projetos identificados no ano de 2026 está sujeita a diversas condicionantes, sejam elas, financeiras, disponibilidade de meios/recurso ou até derivado da dinâmica constante dos territórios.

Os valores orçamentais identificados neste Programa Municipal tiveram por base os orçamentos dos diversos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, bem como a aplicação de alguns valores de referência utilizados pelo Município no desenvolvimento de diversas atividades. Regista-se ainda que, na presente fase, nem todos os projetos dispõem de cabimento orçamental assegurado, dado que o apuramento rigoroso dos custos permanece condicionado por fatores externos, tais como a variabilidade dos preços das intervenções, a confirmação de apoios financeiros e a necessária articulação entre múltiplos intervenientes institucionais.

Contudo, importa destacar que a execução dos projetos poderá ficar condicionada por diversos fatores, designadamente:

- Acesso a financiamento supramunicipal, através de programas regionais, nacionais ou comunitários aplicáveis ao setor;
- Disponibilidade efetiva de financiamento municipal, dependente das dotações orçamentais aprovadas para o período em análise;
- Limitações decorrentes do direito de propriedade privada, que influenciam a capacidade de intervenção e podem implicar procedimentos adicionais de notificação, autorização ou execução coerciva.

Deste modo, e apesar do planeamento técnico concluído, a concretização integral das metas estabelecidas encontra-se dependente da garantia de financiamento adequado, da disponibilidade de recursos e da superação das condicionantes administrativas e jurídicas identificadas, algumas descritas no Plano Sub-regional de Ação.

A presente análise é registada neste relatório para efeitos de transparência, responsabilização

institucional e adequada gestão das expectativas quanto à execução operacional das ações previstas.

Em relação ao projeto 1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada, o Município de Penafiel não é neste momento, legível para o eBupi, por ter sido abrangido pelo cadastro predial experimental (“SiNERrGIC”) que permitiu o conhecimento da localização de parte dos prédios, rústicos e urbanos.

IV.2 - Cronograma anual de execução

A tabela 4 apresenta o cronograma anual de execução dos 13 projetos com declinação no PME de Penafiel para o ano de 2026.

Tabela 4. Cronograma anual de execução dos projetos com declinação do PME de Penafiel

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.1.2.2												
1.2.2.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
1.2.2.5	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.1.1.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.6	■	■	■	■	■	■				■	■	■
2.3.1.1	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.4		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
PT11C	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.3.1.5												
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.2.1	■	■	■	■	■	■				■	■	■

V. – Projetos de Implementação Municipal

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA-do Tâmega e Sousa, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME de Penafiel indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

A legenda de cada ficha de projeto do PME é a seguinte: **R** – Responsável; **A** – Autoriza; **S** – Suporta; **C** – Consultado; **I** – Informado; **F** – Fiscaliza; **PLAN** – Planeamento; **PREP** – Preparação; **PREV** – Prevenção; **PRES** – Pré-Supressão; **SUPR** – Supressão; **POSE** – Pós-Evento; **GOVE** – Governança; **QUAL** – Qualificação; **SIC** – Sistemas de Informação e Comunicação.

V.1 – Projetos de Valorização dos Espaços Rurais



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA										1.1.2.2				
<p>Objetivos Colaborar na modernização dos processos administrativos que conduzem à identificação detalhada do cadastro, como: - Promover a adoção do BUPi Adaptar à escala do Município e promover um plano de atividades de comunicação que envolva os cidadãos na criação do cadastro</p> <p>Principais resultados esperados Maior área cadastrada, na região com prioridade às áreas de maior vulnerabilidade, resultando num maior número de proprietários identificados. Ações mais direcionadas com contacto direto ao proprietário</p>					<p>Principais entidades envolvidas</p> <p>R Municípios</p> <p>A Comissão Municipal GIFR</p> <p>S DGT, CCDRN, IRN, eBUPI</p> <p>C DGT, CCDRN, IRN, eBUPI</p> <p>I AGIF; CIM</p> <p>F Comissão Regional GIFR</p>									
					PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): -														
Indicadores					Unidade			Meta(anual)						
• N.º de RGG submetidas					N.º			N/A						
• Total da área de RGG submetidas					ha			N/A						
Gestão de risco do projeto: Falta de plataforma para continuar o registo predial; dificuldade no														

<p>acesso de dados dos proprietários;</p> <ul style="list-style-type: none"> Resolução Geral: O concelho de Penafiel foi abrangido pelo cadastro predial experimental (“SiNERrGIC”) que permitiu o conhecimento da localização dos prédios, rústicos e urbanos. Com a entrada em vigor, no dia 21 de novembro, do novo Regime Jurídico do Cadastro Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 de agosto, converteram-se em cadastro predial os prédios localizados no concelho de Penafiel, estando estes identificados em Carta Cadastral. Neste momento o Município de Penafiel não é legível no programa eBupi. 											
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
<ul style="list-style-type: none"> Cadastro predial 										-	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) -											
Total (€)										NA€	
Gestão de risco da iniciativa: o descrito na ficha de projeto.											
Observações: : É importante dar continuidade ao processo de cadastro predial experimental (“SiNERrGIC”), de forma a suprimir as dificuldades na identificação dos proprietários dos prédios.											

PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO										1.2.2.2	
<p>Objetivos Comunicar as vantagens da certificação dos produtos junto dos produtores e empresários locais</p> <p>Principais resultados esperados Melhoria da sustentabilidade florestal. Promoção das boas práticas florestais. Aumento do valor da economia local. Incrementar a utilização renovável dos recursos locais.</p>					Principais entidades envolvidas						
					R ICNF						
					A Comissão Municipal GIFR						
					S OPF, EG ZIF, AIMMP, BIOND						
					C ICNF, Entidades de certificação						
					I AGIF; CIM; CCDR-N						
F Comissão Regional GIFR											
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 20 950 €											
Indicadores					Unidade			Meta(anual)			
<ul style="list-style-type: none"> % das áreas sob gestão privada com gestão florestal certificada. 					%/ha			10%/838 ha			
Gestão de risco do projeto: moderado (8)											
<ul style="list-style-type: none"> Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> Dificuldade em aceder à informação sobre a área certificada no município; Dificuldade no acompanhamento dos objetivos desta ficha. 											

- Baixa adesão de produtores e empresários locais devido à falta de incentivos e regulamentação;
 - Desconhecimento dos benefícios da certificação;
 - Perceção de que o processo de certificação é meramente burocrático, sem fiscalização eficaz, não garantindo a qualidade real do produto final.
- **Risco Total:**
 - Não adesão dos proprietários e empresários locais; descredito do processo de certificação.
- **Resolução Geral:**
 - Regular o processo de certificação para assegurar critérios de qualidade;
 - Garantir o controlo de qualidade em todas as fases da produção de material lenhoso;
 - Disponibilizar apoios às OPF para acompanhamento técnico e fiscalização do processo de certificação.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
<ul style="list-style-type: none"> ● Definir a estratégia de comunicação com os produtores e empresários locais 	FA, PO e PO Regionais, Fundos de Investimento, Horizonte Europa, FEADER

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo (€)
1) Desenvolver ações de comunicação junto dos produtores e empresários locais	OPF/ICNF/EG	25 €/ha
Total (€)		20 950 €

Gestão de risco da iniciativa

- O referido na gestão de risco do projeto

Observações:

- Aguarda-se que a estratégia de comunicação direcionada aos produtores e empresários locais seja desenvolvida a nível regional, pela entidade responsável pela ficha de projeto no PRA. Após a definição da estratégia estaremos em condições de desenvolver ações no município, desde que nos seja garantido financiamento.

MULTIFUNCIONALIDADE DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS										1.2.2.5	
Objetivos Definição das linhas de apoio para aproveitamento de recursos agroflorestais sub-regionais. Medidas de apoio à valorização da agricultura familiar e desenvolvimento das fileiras associadas aos produtos regionais Principais resultados esperados Incremento de valor das indústrias locais.					Principais entidades envolvidas						
					R	CCDR (DRAPN)					
					S	Privados, Município, Juntas de Freguesia, IFAP, ICNF					
					C	DGAV					
					I	AGIF; CIM					
					F	Comissão Regional GIFR					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto nesta PME (€): 26 000 €											
Indicadores					Unidade			Meta (anual)			
• N.º e valor de projetos individuais ao nível de empresas apoiados					N.º projetos/€			0			
• N.º e valor de projetos de ações ao nível das organizações de produtores apoiados					N.º projetos/€			2			
• N.º de novos registos de atribuição de estatuto de agricultura familiar					N.º			5			
• N.º de postos de trabalho criados e/ou mantidos					N.º			N/A			
Gestão de risco do projeto <ul style="list-style-type: none"> Ameaças: A esta data não se identificam ameaças para além das descritas na Gestão de risco da iniciativa. Risco Total: Moderado 8 (P3;S2). Resolução Geral: No Plano de Execução, as fileiras a considerar, assim como a respetiva priorização são passíveis de reordenamento e eventual acréscimo face à realidade local. 											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
• Incremento sustentável das atividades cinegéticas e piscícolas								OM; FA			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
• Instalação de comedouros/bebedouros para fauna selvagem					OM; FA			1 000€			
							Total (€) 1 000€				
Gestão de risco da iniciativa <ul style="list-style-type: none"> Vandalismo das estruturas; incêndios rurais. 											
Observações:											
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento			

<ul style="list-style-type: none"> Valorização e promoção da atividade apícola: 									OM; FA		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Aquisição de prestador de serviços para eliminação/controlo da vespa velutina e instalação de armadilhas.				OM				20 000 €			
2) Divulgação de medidas de controlo				OM				1 000 €			
3) Financiamento de pequenas melarias coletivas, fixas e/ou móveis.				FA				4 000 €			
Total (€)								25 000 €			
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade na monitorização/controlo na dispersão da espécie; 											
Observações:											
Iniciativa n.º 3									Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Valorização e promoção da atividade agrícola 									OM; FA		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Realização de feiras/exposições sobre atividades do sector agrícola				Município				-			
2) Seminários/workshops sobre o setor agrícola/florestal				Município				-			
Total (€)								- €			
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> Até à data não é possível identificar eventuais riscos no incumprimento desta iniciativa. 											
Observações: O Município desenvolve ao longo do ano diversas atividades para a promoção de produtos regionais (ex. Agrival; feira do mel, etc). Neste momento não é possível quantificar o custo na promoção/desenvolvimento desta iniciativa											

V.2 – Projetos de Cuidar dos Espaços Rurais



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)										2.1.1.4	
Objetivos Garantir a transposição dos PROF para os PDM					Principais entidades envolvidas						
Principais resultados esperados Aumento de ações de reconversão de paisagem segundo os PROF					R Município A Comissão Municipal GIFR S DGT, CIM C CCDR; ICNF I AGIF, ICNF F CCDR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto nesta PME (€): 10 000 €											
Indicadores					Unidade			Meta			
1) PDM com PROF transposto					Nº			1			
Gestão de risco do projeto <ul style="list-style-type: none"> Risco Total: 4 – Baixo (P1; S4) Ameaças: dificuldade de articulação entre entidades; dinâmica dos territórios. Resolução Geral: Não há data expectável para a transposição dos PROF para o PDM. 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"> PDM com PROF transposto 							OE				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Meios Técnicos					ICNF; DGT; CCDR; Município			10 000			
					Total (€)			€ 10 000			
Gestão de risco da iniciativa <ul style="list-style-type: none"> O descrito na Gestão de risco do projecto. 											
Observações: A elaboração do guia orientador para a transposição dos PROF para os PDM é essencial para garantir a uniformidade de critérios na transposição e cumprimentos dos prazos											

apresentados.

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA										2.2.1.3	
<p>Objetivos Execução da gestão de combustível, conforme estipulado no artigo 49º do DL 82/2021, na sua atual redação.</p> <p>Principais resultados esperados Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios rurais, com vista a reduzir os efeitos de passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos.</p>					<p>Principais entidades envolvidas</p> <p>R Município, Entidades Gestoras FGC</p> <p>A Comissão Municipal GIFR</p> <p>S AGIF, ANEPC, CIM, ICNF</p> <p>C AGIF, ANEPC, CIM, ICNF</p> <p>I ANEPC, AGIF</p> <p>F GNR, CRGIFR, CSGIFR</p>						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
<p>Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 403 000 € (não está contabilizado o custo dos particulares na execução das FGC)</p>											
Indicadores					Unidade			Meta			
1) Área da Rede Secundária com gestão efetiva de combustível de acordo com o mapa de prioridades					ha			765			
2) Hectares intervencionados					ha			6395			
3) Taxa de cumprimento nas áreas prioritárias (APPS)					%			80			
<p>Gestão de risco do projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> Risco Total: 16 – Alto (P4;S4) Ameaças: os descritos na ficha de projeto do PSA e nas observações das iniciativas. Resolução Geral: conforme o descrito no PSA e nas observações das iniciativas. Tal como descreve o PSA, a taxa de instalação/manutenção das FGC prevista para ser cumprida de forma plurianual. Assim, a meta desta ficha é atingir os valores percentuais descritos no PSA em relação às áreas de intervenção de cada iniciativa. 											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none"> Execução da gestão de combustível na rede secundária (rede viária – Município) 								PRR; FA; OE			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Instalação de FGC (território florestal) na rede viária					PRR; FA; OE			130 000 (65ha)			
2) Manutenção FGC (território florestal) na rede viária					PRR; FA; OE			30 000 (20ha)			

3) Manutenção FGC (território agrícola) na rede viária	PRR; FA; OE	20 000 (20 ha)									
Total (€)		180 000 €									
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 											
<p>Observações: A execução desta iniciativa está dependente de financiamento e/ou de disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais ou demais situações descritas na ficha de projeto do PSA.</p> <p>Apenas foram contabilizados intervenções nos territórios florestais. (esta definição foi feita com base na COS2018 e em alguns casos com validação no terreno). Os valores identificados no recurso 3) são uma previsão para execução de áreas agrícolas que estejam em inconformidade na data de execução das FGC.</p> <p>De acordo com o histórico, o valor unitário para execução das FGC, poderá ser superior ao indicado na ficha de projeto.</p> <p>Os valores de referência são: 2 000€/ha (instalação) e 1500€/ha (manutenção).</p>											
Iniciativa n.º 2		Fonte Financiamento									
<ul style="list-style-type: none"> Execução da gestão de combustível na rede secundária (rede rodo e ferroviária – restantes operadores) 		OE; Orçamento próprio									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
1) Manutenção da FGC na rede viária		IP;Brisa	39 000 (39ha)								
2) Manutenção da FGC na rede ferroviária		IP	13 000 (13ha)								
Total (€)		52 000 €									
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 											
<p>Observações: foi usado o valor de referência descrito no PSA, Manutenção (agrícola e Florestal de 1000€/ha).</p>											
Iniciativa n.º 3		Fonte Financiamento									
<ul style="list-style-type: none"> Execução da gestão de combustível nas FGC - código 7 		Orçamento próprio									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
1) Manutenção da FGC		REN	64 000 € (64ha)								
Total (€)		64 000 €									

Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 												
Observações: foi usado o valor de referência descrito no PSA, Manutenção (agrícola e Florestal de 1000€/ha).												
Iniciativa n.º 4										Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Execução da gestão de combustível nas FGC - código 10 e 13 										Orçamento próprio		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
1) Manutenção da FGC				E-Redes				87 000€ (87ha)				
							Total (€)		87 000 €			
Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 												
Observações: foi usado o valor de referência descrito no PSA, Manutenção (agrícola e Florestal de 1000€/ha).												
Iniciativa n.º 5										Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Execução coerciva 										OM		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
					■	■	■	■	■			
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
1) Prestação de serviços				Município				15 000 €				
2) Serviços administrativos				Município				5 000 €				
							Total (€)		20 000 €			
Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto e nas observações desta iniciativa. 												
Observações: Neste momento não é possível quantificar com muito rigor os custos desta iniciativa. Para valores de referência foram considerados cerca de 10 hectares para execução coerciva . A execução desta iniciativa está dependente da disponibilidade de recursos financeiros e disponibilidade de meios. Os procedimentos administrativos para a aquisição de serviços externos para a execução deste serviço em tempo útil poderá ser um entrave para a execução da iniciativa.												

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS										2.2.1.6			
<p>Objetivos Garantir a atualização da cartografia que identifica as galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais nos territórios vulneráveis e APPS e apoiar ações que visem a gestão de galerias ribeirinhas prioritárias.</p> <p>Principais resultados esperados Redução do nível de ameaça à sustentabilidade dos espaços florestais. Normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas.</p>					Principais entidades envolvidas								
					R	Município				A	Comissão Municipal GIFR		
					S	APA, ICNF							
					C	OPF, privados							
					I	AGIF, CIM							
					F	APA							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC					
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 22 000 €													
Indicadores					Unidade			Meta					
1) Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais					uni			1					
2) Extensão de galerias ribeirinhas com plano de ação executado					Km			5					
3) Gerir galerias ribeirinhas prioritárias – novas áreas					Km			2					
Gestão de risco do projeto													
<ul style="list-style-type: none"> Risco Total: 6 – Moderado (P3; S2) Ameaças: falta de financiamento ou expectativa de financiamento; incêndios rurais; escassez de mão-de-obra. Resolução Geral: a extensão de galerias ribeirinhas com plano de ação executado apresentada é referente a áreas efetuadas pelo Município no ano de 2024 e2025. 													
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento					
<ul style="list-style-type: none"> Limpeza/manutenção de galeria ribeirinha 								OM; FA; FEDER; IPDJ					
Calendarização													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Recursos													
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)					
1) Recursos Humanos/Equipamentos					OM			2 000 €					
2) Aquisição de serviços externos					FA/FEDER			17 000 €					
18 Voluntariado jovem					IPDJ			N/A					
Total (€)								19 000 €					
Gestão de risco da iniciativa													
<ul style="list-style-type: none"> Falta de financiamento ou financiamento insuficiente. 													
Observações: a quantidade de galerias ripícolas a intervir pode variar de acordo com as condições e disponibilidades dos programas de apoio.													
Iniciativa n.º 2								Fonte Financiamento					

<ul style="list-style-type: none"> Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais 											OM	
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
3) Recursos Humanos/Equipamentos				OM				3 000 €				
19 Voluntariado jovem				IPDJ				N/A				
							Total (€) 3 000 €					
Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> Falta de Recursos e meios. 												
Observações: Identificação georreferenciada das galerias ripícolas estratégicas e respetiva caracterização (estado atual, ocupação confinante, tipo de vegetação e outros).												

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS										2.3.1.1														
Objetivos Acompanhar o desenvolvimento do projeto no PME						Principais entidades envolvidas																		
Principais resultados esperados Adequar as regras de gestão das redes de Defesa ao benefício obtido; Proteger o território com eficiência financeira.						<table border="1"> <tr><td>R</td><td>GNR</td></tr> <tr><td>A</td><td>Comissão Municipal GIFR</td></tr> <tr><td>S</td><td>ICNF, Município, AGIF, CIM Tâmega e Sousa</td></tr> <tr><td>C</td><td>Município, PSP</td></tr> <tr><td>I</td><td>GNR</td></tr> <tr><td>F</td><td>CRGIFR, CSGIFR</td></tr> </table>							R	GNR	A	Comissão Municipal GIFR	S	ICNF, Município, AGIF, CIM Tâmega e Sousa	C	Município, PSP	I	GNR	F	CRGIFR, CSGIFR
R	GNR																							
A	Comissão Municipal GIFR																							
S	ICNF, Município, AGIF, CIM Tâmega e Sousa																							
C	Município, PSP																							
I	GNR																							
F	CRGIFR, CSGIFR																							
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC																
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 177 146 €																								
Indicadores						Unidade			Meta															
1) Número de sinalizações						Nº			34															
2) Número de autos						Nº			12															
3) Taxa de cumprimento voluntário;						%			50															
4) Número total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias						Nº			12															
Gestão de risco do projeto																								
<ul style="list-style-type: none"> Ameaças: Falta de financiamento; Falta de recursos humanos e meios; Risco Total: 18 – Alto (P3;S5) Resolução Geral: o descrito na ficha de projeto do PSA 																								

Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento		
• Ações de fiscalização - GNR										OE		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos												
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)				
1) Viatura 4*4					GNR			40 000 €				
2) Kit Mala SEPNA Digital					GNR			3 333 €				
3) Custos em patrulhamento					GNR			90 480 €				
										Total (€) 133 813 €		
Gestão de risco da iniciativa												
• O referido na gestão de risco do projeto												
Observações: para o cálculo de custos de patrulhamento foi considerado o nº de 312 patrulhamentos												
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento		
• Ações de fiscalização – Câmara Municipal										OE		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos												
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)				
1) Viatura 4*4					Município			40 000 €				
2) Kit Mala SEPNA Digital					Município			3 333 €				
3) Custos em ações de fiscalização					Município			a definir				
										Total (€) 43 333 €		
Gestão de risco da iniciativa												
• O referido na gestão de risco do projeto												
Observações: O sucesso desta ficha está muito pendente da disponibilidade de recursos. A falta de execução desta iniciativa poderá afetar o incumprimento de outras iniciativas, nomeadamente o cumprimento da ficha 2.2.1.3 .												

GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTES DE ÁREAS EDIFICADAS		2.3.1.2
Objetivos Promover candidaturas ao projeto Condomínio de Aldeia, com incidência nas freguesias inseridas em	Principais entidades envolvidas R Município, privados	

<p>APPS.</p> <p>Principais resultados esperados Reduzir as perdas e as ameaças ao edificado e aos cidadãos.</p>						<p>A Comissão Municipal GIFR</p> <p>S OPF, ANEPC, CIM, Org. Agric, ICNF, CCDR-N</p> <p>C DGT, CCDR-N</p> <p>I ANEPC, AGIF</p> <p>F CRGIFR, CSGIFR</p>					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 52 000 €											
Indicadores						Unidade		Meta			
1) Grau de execução de gestão de combustível na envolvente de áreas edificadas						%		20			
2) Percentagem de aglomerados rurais com gestão de combustível						%		16			
3) Número de hectares geridos nos aglomerados rurais e envolvente a áreas edificadas						Nº		16			
4) n.º de “Condomínios de Aldeia” constituídos						Nº		1			
Gestão de risco do projeto											
<ul style="list-style-type: none"> Risco Total: 12- Média (P3; S4) Ameaças: Falta de financiamento; Falta de mão-de-obra; falta de adesão pelos proprietários; dificuldade na identificação dos proprietários. Resolução Geral: dependente de financiamento e de adesão por parte dos proprietários. Ficha bastante relacionada com a ficha 2.2.1.3. 											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
<ul style="list-style-type: none"> Implementação projeto “Condomínio Aldeia” 							FA; OM				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
1) Técnico						Município		2 000 €			
2) Serviços externos						FA		50 000 €			
Total (€)								52 000 €			
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> A descrita na ficha de projeto 											
Observações: Não foi contabilizado o valor para a execução das FGC na envolvente das habitações.											

PROGRAMAS ALDEIA SEGURA PESSOAS SEGURAS										2.3.1.4	
Objetivos Promover candidaturas ao programa ASPS no Município.					Principais entidades envolvidas						
					R		Município /ANEPC				
					A		Comissão Municipal GIFR				
					S		CCDR, CIM				
					C		AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas				
					I		ANEPC				
					F		GNR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 2 800 €											
Indicadores					Unidade			Meta			
1) Número total de aglomerados rurais abrangidos					Nº			1			
2) Percentagem de aglomerados rurais com ações nos níveis de atuação dos programas					%			100			
3) Número de hectares tratados na envolvente dos aglomerados rurais					Nº			6			
Gestão de risco do projeto											
<ul style="list-style-type: none"> Ameaças: falta de adesão por parte da população; população envelhecida. Risco Total: 18 – Alto (P3;S5) Resolução Geral: as descritas na ficha do PSA 											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none"> Instalação do Programa 								OE;OM; ANEPC			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	■	■	■	■	■						
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Implementação de medidas de apoio					ANEPC			300 €			
2) Identificação de Oficial de ligação					OM			-			
3) Plano de evacuação identificado					ANEPC; OM			-			
4) Realização de simulacros					ANEPC; OM			-			
5) Limpeza e manutenção dos terrenos no interior do aglomerado que integra o programa com base em critérios do Regulamento Municipal.					OE; OM			2 500 €			
Total (€)								2 800 €			
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> Falta de adesão por parte da população; população envelhecida; falta de recursos. 											

Observações											
Iniciativa n.º 2									Fonte Financiamento		
• Participação em projeto FIRE-RES - Sistema de Suporte à Decisão									Projeto FIRE-RES		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Sistema de Suporte à Decisão -				-				-			
									Total (€) - €		
<p>Gestão de risco da iniciativa: Projeto piloto para a criação de um Sistema de suporte à decisão. Esta solução é desenvolvida pelo FIRE-RES, (parceria REN/ADAI) O teste-piloto deste projeto decorre nas duas áreas do Living-Lab português da FIRE-RES, que engloba o Vale do Sousa, tendo sido identificada a Aldeia de Vilarinho como área para o projeto.</p>											

IMPLEMENTAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS REDES DE DEFESA INTERMUNICIPAIS										PT11C 2.3.1.5									
<p>Objetivos Estabelecer metas e definir as tipologias de intervenção para as ações de infraestruturização das redes de defesa</p> <p>Principais resultados esperados Garantir a operacionalidade das infraestruturas das redes de defesa, na componente da rede viária florestal e da rede de pontos de água.</p>					<p>Principais entidades envolvidas</p> <p>R Município</p> <p>A Comissão Municipal GIFR</p> <p>S ICNF, Proprietários florestais, ZIF's, OPF, Juntas de Freguesia</p> <p>C AGIF, ICNF, DGT, OPF, Produtores Agrícolas</p> <p>I CIM, Município</p> <p>F Comissão Regional GIFR, CSGIFR</p>														
										PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
										Orçamento Global do Projeto nesta PME (€): 109 636 €									
										Indicadores					Unidade			Meta	
										1) Rede viária florestal intervencionada					%			29,6	
										2) Construção de rede viária florestal					Km			3	
3) Pontos de água construídos					Nº			1											
4) Infraestruturas para aéreas/mistas intervencionadas					Nº			2											
5) Operacionalidade da rede de pontos de água					%			100											
6) Atualização da base de dados das redes de defesa					%			100											
<p>Gestão de risco do projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> Ameaças: disponibilidade de propriedade privada; procedimento administrativo demorado; falta de prestadores de serviço; incompatibilidade na construção das infraestruturas. Risco Total: 9 – Moderado(P3;S3) Resolução Geral: A realizar caso haja a concretização do programa do FEDER e respetivo financiamento. A expectativa é que o FEDER tenha prazo de realização superior a 1 ano, desta forma as metas apresentadas correspondem a uma estimativa do realizável no ano 2026. 																			
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento												
Pontos de água construídos /intervencionados							FEDER e OM												

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso			Origem do recurso			Custo (€)					
1) Construção de Ponto de água			FEDER			40 000 €					
2) Infraestruturas para aéreos/mistos intervencionadas			FEDER			5 000 €					
3) Manutenção dos pontos de água			OM			-					
4) Atualização da base de dados das redes de defesa			OM			-					
Total (€)									45 000 €		
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> Falta de financiamento; dificuldades de localização ou aquisição de terreno. 											
Observações: A realizar caso haja a concretização do programa do FEDER e respetivo financiamento. A expectativa é que o FEDER tenha prazo de realização superior a 1 ano.											
Iniciativa n.º 2									Fonte Financiamento		
Construção/Manutenção da Rede viária florestal									FEDER; OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso			Origem do recurso			Custo (€)					
1) Construção de rede viária florestal (km)			FEDER			14 493 €					
2) Manutenção ou beneficiação de rede viária florestal (km)			FEDER			50 143 €					
3) Atualização da base de dados das redes de defesa			OM			-					
Total (€)									64 636 €		
Gestão de risco da iniciativa: Falta de financiamento; dificuldade de cedência de terrenos; dificuldade na manutenção devido à intervenção de terceiros (extração madeiras ou pratica de desportos motorizados);											
Observações: A realizar caso haja a concretização do programa do FEDER e respetivo financiamento. A expectativa é que o FEDER tenha prazo de realização superior a 1 ano.											

V.3 – Projetos de Modificação de Comportamentos



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS										3.1.1.2.			
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes. Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais; Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas. Redução do número de acidentes e área ardida resultantes de queimas e queimadas 					Principais entidades envolvidas					R		ICNF e Municípios	
										A		Comissão Municipal GIFR	
S		ANEPC, GNR, AU, LPB		C		I		F		CRGIFR, CSGIFR			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC					
Orçamento global do projeto neste PME (€): 17 325,87 €													
Indicadores						Unidade			Meta				
1) Município aderente à Plataforma das Queimas e Queimada						%			100%				
2) Municípios com a totalidade dos pedidos centralizados na plataforma operacionalizada pelo ICNF I.P.						%			100%				
3) Resposta aos pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas						%			100%				
4) Dias de suporte e apoio logístico para a realização de queimas e queimadas com perigo meteorológico elevado						Nº			30				
5) Pessoas acidentadas como grave em queimas e queimadas por ano						Nº			0				
6) Ações de capacitação de entidades locais						Nº			1				

Gestão de risco do projeto

- Ameaças: descrito na ficha do projeto e nas respetivas iniciativas.
- Risco Total: Risco Total: 6 – Moderado (P2;S3)
- Resolução Geral: descrito na ficha do projeto.

Observações: ficha informação meteorologica e recomendações de práticas

Iniciativa n.º 1										Fonte de Financiamento	
Suporte e apoio logístico para a realização de queimas e queimadas com perigo meteorológico elevado										FA; OE e PO	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Meios de prevenção				OE				555 €/Dia			
								Total (€) 16 650 €			
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> • Ameaças: disponibilidade de meios de prevenção; Perigo meteorológico ser diferente do PIR diário. • Resolução Geral: aplicar quando a necessidade de queima decorra de exigências fitossanitárias ou de outras necessidades devidamente justificadas. 											
Observações											
Iniciativa n.º 2										Fonte de Financiamento	
Ações de capacitação de entidades locais										FA; OE; PO; OM	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■					■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
1) Meios de prevenção e material informativo				OE				675,87 €			
								Total (€) 675,87 €			
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> • Ameaças: falta de adesão, comunicação não eficiente devido aos diferentes tipos de grupo-alvo. 											
Observações:											

Iniciativa n.º 3										Fonte de Financiamento		
Municípios com a totalidade dos pedidos centralizados na plataforma operacionalizada pelo ICNF I.P.										FA; OE; PO; OM		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)				
1) Implementação de plataforma para centralização de pedidos				OM				-				
										Total (€)		- €
Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> Ameaças: falta de adesão por parte da população; Resolução Geral: Necessidade de ajustar os pedidos para a queima de amontoados de acordo com o SGIFR. 												
Observações: O Município de Penafiel já é aderente à Plataforma Queima e Queimadas.												

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE										3.2.1.2			
Objetivos <ul style="list-style-type: none"> • Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade Principais resultados esperados <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da sensibilização da população para a adoção de comportamentos mais seguros, aumentando a proteção das populações e espaços rurais. 					Principais entidades envolvidas <ul style="list-style-type: none"> R Município, ANEPC, GNR, ICNF A Comissão Municipal GIFR S CIM, CCDR, OPF, Corporações de Bombeiros, DGADR, DGESTE C AGIF, entidades da comunidade local, OPF I CIM F CRGIFR, CSGIFR 								
										PLAN	PREP	PREV	PRES
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 9090,9 €													
Indicadores						Unidade			Meta				
Ações de sensibilização locais						Nº			3				
Cidadãos abrangidos pelas iniciativas						Nº			30%				
Ações nos canais de comunicação						Nº			4				
Variação do número de ignições anuais nos dias de nível de perigo de incêndio rural de muito elevado ou máximo						%			<6%				
Gestão de risco do projeto <ul style="list-style-type: none"> • Ameaças: falta de adesão por parte da população; comunicação não eficiente devido aos diferentes tipos de grupo-alvo; falta do Plano de Comunicação Integrado para o Risco, à realidade da sub-região. • Risco Total: 8 – moderado (P2;S4) • Resolução Geral: descrito na ficha do projeto 													
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento					
Ações de sensibilização locais								PRR, FA, OE, PO Norte					
Calendarização													
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
Recursos													
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)				
1) Capacitação dos agentes do SGIFR para a comunicação assertiva de proximidade;						OE			2 500 €				
2) Formação e sensibilização presencial com os cidadãos em ações de campo						OE			675,87 €				

3) Comemorações do Dia da Internacional da Floresta e atividades na Semana da Proteção Civil	OM	2 000 €									
4) Voluntariado jovem	OE/OM	- €									
Total (€)		5 175,87 €									
Gestão de risco da iniciativa: A estimativa orçamental desta ficha é o valor atribuído a cada município na Ficha do PSA. Algumas das iniciativas estão dependentes de iniciativa sub-regional.											
Observações:											
Iniciativa n.º 2		Fonte Financiamento									
Ações de Comunicação de proximidade		PRR, FA, OE, PO Norte									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
1) Divulgação de informação do Plano de Comunicação Integrado para o Risco		OE	1 915,03 €								
2) Folhetos e cartazes para distribuição e colocação em lugares de destaque;		OE	2 000 €								
Total (€)			3915,03 €								

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO								3.2.2.1			
Objetivos Identificar públicos-alvo Desenvolver plano de comunicação municipal focado nas mensagens dirigidas aos públicos-alvo Principais resultados esperados Aumento da sensibilização da população para a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas					Principais entidades envolvidas						
					R Municípios/DGESTE A Comissão Municipal GIFR S AGIF, ICNF, ANEPC, IPMA, CIM C I DGESTE F CRGIFR, CSGIFR						
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 3 912,09 €											
Indicadores					Unidade			Meta			
Iniciativas dirigidas à população escolar, por ciclo de ensino					Nº			5			
Alunos participantes, por ciclo de ensino					%			16			
Escolas do 1.º e 2.º ciclo do ensino que desenvolvem trabalhos de conhecimento das boas práticas de prevenção de incêndios					%			20			
Inclusão de conteúdos educativos orientados para a identificação de risco e comportamento de autoproteção nos diferentes graus de ensino					Nº			-			
Gestão de risco do projeto <ul style="list-style-type: none"> Risco Total: Falta de enquadramento com os conteúdos educativos; Ameaças: 6- Moderado (P3;S2) Resolução Geral: O Município desenvolve diversas atividades de educação ambiental nas escolas, em 2025 foram desenvolvidas cerca de 70 sessões no Município. Neste momento não é possível quantificar os custos das iniciativas nem perspetivar os indicadores mais corretos. Situação que será monitorizada em 2026. 											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
<ul style="list-style-type: none"> Ações de sensibilização/pedagógicas sobre o Ambiente nas Escolas 								OE;OM			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
■	■	■	■	■	■				■	■	■
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo (€)			
1) Recursos humanos					OM			500 €			
2) Material didático					OM			500 €			
3) Material informativo					OE;OM			912,09 €			
Total (€)								1 912,09 €			
Gestão de risco da iniciativa											

<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto. Os custos desta iniciativa podem variar de acordo com a quantidade de Ações desenvolvidas. 												
<p>Observações: Tentar articular com a Educação para incluir nos conteúdos pedagógicos, matéria sobre os incêndios rurais.</p>												
Iniciativa n.º 2										Fonte Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Celebração do Dia Internacional da Floresta ou outras ações de (re)arborizações simbólicas. 										OM		
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
■	■	■	■	■					■	■	■	
Recursos												
Identificação do recurso					Origem do recurso				Custo (€)			
1) Recursos humanos					OM				1 500 €			
2) Material didático/logístico					OM				500 €			
								Total (€)		2 000 €		
Gestão de risco da iniciativa												
<ul style="list-style-type: none"> O referido na gestão de risco do projeto 												
<p>Observações: Anualmente o Município de Penafiel desenvolve ações de (re) arborização abertas à comunidade escolar e com a participação das entidades que desempenham funções no SGIFR.</p>												

VI. - Anexos

VI.1 - Matriz de Avaliação do Risco

Avaliação de risco dos Projetos:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

Avaliação de risco das Iniciativas:

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

<u>Severidade</u> Probabilidade	<u>Negligenciável(1)</u>	<u>Baixa(2)</u>	<u>Média(3)</u>	<u>Grave(4)</u>	<u>Catastrófica(5)</u>
Quase certa (5)	Moderado5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo4	Moderado8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo3	Moderado6	Moderado9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo2	Baixo4	Moderado6	Moderado8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo1	Baixo2	Baixo3	Baixo4	Moderado5

VI.2 - Glossário

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do Programa Regional de Ação do Norte é efetuada com a instituição de um modelo de matriz de responsabilidade designada de RASCIF de acordo com a codificação abaixo:

R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	Autoriza A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	Consultado As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informado As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.

VI.3 - Projetos sem declinação Municipal

PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO	1.1.3.2
<p>Projeto não transitado</p> <p>Este projeto não declina para o PME e tem como objetivo incentivar os proprietários a investir na melhoria da estrutura fundiária da sua exploração com vista a aumentar a dimensão física e económica dos prédios, divulgando na sub-região o programa “Emparcelar para Ordenar” e dando apoio ao emparcelamento simples, sempre que requerido, conforme previsto no Regime Jurídico da Estruturação Fundiária</p>	
GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS	1.2.1.1
<p>Projeto não transitado</p> <p>Este projeto não declina para o PME. Atendendo que as áreas de intervenção com potencial para a execução desta projeto abrangem mais que um Município, o desenvolvimento deste projecto é a uma escala supra Municipal.</p>	
PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)	1.2.1.2
<p>Projeto não transitado</p> <p>Este projeto não declina para o PME, tendo em conta as metas definidas em sede de Programa Sub Regional de Ação o presente projeto apenas terá aplicação nas zonas onde se encontra a decorrer o processo de aprovação de novos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem. Nos restantes territórios, não sendo expectável que este processo ocorra durante o ano de 2026, não ocorre a declinação do presente projeto.</p>	
MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS	1.2.2.1
<p>Projeto não transitado</p> <p>Este projeto não declina para o PME e tem como objetivo implementar um modelo de financiamento mais ajustado e integrado às necessidades de intervenção dos diferentes projetos que integram os territórios vulneráveis. As operações passam a beneficiar de apoios ao investimento e de apoios à gestão e manutenção, com programação orçamental plurianual, assumindo-se que a prioridade deste projeto no Norte é garantir o apoio necessário para a manutenção dos investimentos nas OIGP previstos na ficha de projeto 2.1.1.1 - Área integradas de gestão da paisagem do Programa Sub-Regional de Ação do Tâmega e Sousa.</p>	
DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL	1.2.2.4
<p>Projeto não transitado</p> <p>Este projeto não declina para o PME e pretende criar de linhas de financiamento específicas para o apoio às atividades da economia rural e incentivar à diversificação do perfil produtivo dos territórios rurais da sub-região.</p>	
AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS	1.2.3.2

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME e pretende promover um modelo de negócio para diversificar o uso múltiplo da floresta e que possa aumentar a remuneração dos proprietários florestais.

ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)

2.1.1.1

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME, apenas terá aplicação em zonas onde decorrem projetos de aprovação de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem onde serão desenvolvidas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem. Não ocorrendo áreas destas no território deste município o presente projeto não terá aplicabilidade no âmbito do respetivo Programa Municipal de Execução para o ano de 2026.

GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

2.1.1.2

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME, o desenvolvimento deste projeto aguarda pelas conclusões do projeto piloto que decorre na sub-região do Alto Tâmega e Barroso.

RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500 HA

2.1.1.3

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME. Em regra, a área afetada por este tipo de incêndios rurais abrange mais que um Município: as medidas previstas nos REE são de implementação regional ou sub-regional. Desta forma este projeto está descrito no PSA.

ESTABELECEM E OPERACIONALIZAM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL

2.2.1.1

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME. Tendo em consideração que este sistema de informação serve para recolher, integrar, analisar e disponibilizar informações relacionadas com a ocorrência, prevenção e combate a incêndios rurais, com o objetivo de aumentar a eficiência da resposta aos incêndios rurais. Sendo uma necessidade comum a todos os Municípios, e de forma a uniformizar a informação, este projecto é transposto a nível sub-regional, sendo assim, reportado no PSA.

GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

2.2.1.2

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME. Como é um projeto que a sua execução abrange mais que um Município, sendo que já é definido e monitorizado nos planos supra PME.

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

2.2.1.4

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME. A elaboração e implementação desta ficha carece que haja algum histórico para poder ser executada a nível Municipal.

PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR

2.2.1.5

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME. A elaboração e implementação desta ficha carece que haja algum histórico para poder ser executada a nível Municipal. Também é de salientar que a nível municipal não existem áreas com enquadramento nesta ficha.

PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS

2.2.1.7

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME está dependente da definição da área para projeto piloto a nível sub-regional e está previsto a formação de 15 pastores em 2026.

USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO DE FOGOS RURAIS

2.2.1.9

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME. Atualmente os Planos de uso de fogo são planeados e geridos a nível sub-regional, situação é efutuada a nível do PSA.

PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM E GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA E SOBRANTES E MATOS

PT11C – 2.2.2.3

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME pois está dependente da realização de um projeto piloto ao nível sub-regional de viabilidade económica, plano de ação e políticas de valorização sobre o aproveitamento dos sobrantes agrícolas e florestais através da compostagem e/ou através de geração de energia à escala local, de modo a reduzir o uso do fogo e de modo a identificar as "áreas prioritárias de intervenção".

MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS

3.1.1.3

Projeto não transitado

Este projeto é desenvolvido a nível sub-regional no PSA. Neste momento não tem declinação a nível do PME.

AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS

3.1.2.1

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME, as ações previstas são articuladas e definidas a nível sub-regional.

PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS

3.1.2.2

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque é ao nível sub-regional é garantido a presença das FFAA no território, numa perspetiva dissuasora e de vigilância, contribuindo para a redução do número de comportamentos de risco nesta área.

REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS

3.1.2.3

Projeto não transitado

Este projeto é desenvolvido a nível sub-regional no PSA. Neste momento não tem declinação a nível do PME.

INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS

3.1.3.3

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME, porque é ao nível sub-regional que é efetuado o levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, que têm como responsabilidade a identificação das principais causas de incêndio da sub-região e a monitorização da evolução dos incêndios por causa.

COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO

3.2.1.1

Projeto não transitado

Este projeto não tem aplicabilidade à escala municipal, porque a estratégia de comunicação integrada é definida ao nível regional, na Comissão, envolvendo e articulando todas as entidades que têm como responsabilidade comunicar recorrendo aos produtos e imagem do Portugal Chama.

Este projeto visa enquadrar as iniciativas de comunicação transversais à população portuguesa, articulando-as ao nível municipal, tais a imagem alusiva a toda a campanha Portugal Chama nas suas várias temáticas, o projeto Raposa Chama, o Teatro Chama, os Programas Aldeia Segura, Pessoas Seguras, entre outros. Excluem-se assim desta ficha de projeto os conteúdos de entidades nacionais que não façam parte das campanhas integradas e ainda as campanhas de proximidade exclusivamente de âmbito municipal, as quais se incluem na ficha de projeto.

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA

3.2.1.3

Projeto não transitado

Este projeto é desenvolvido a nível sub-regional no PSA. Neste momento não tem declinação a nível do PME. No entanto poderá ser realizado a nível Municipal.

FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO

3.2.1.4

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque é a Entidade Intermunicipal quem tem a incumbência de fazer anualmente o levantamento dos órgãos de comunicação social ao nível sub-regional e municipal para que sirva de orientação à estruturação formações na região, portanto, o número de ações de formação está diretamente associado ao número de OCS existentes na região e ao número de formandos a definir por sessão.

SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADE COM CAPACIDADE DE DECISÃO

4.1.1.2

Projeto não transitado

O projeto é de integração direta da escala regional, tal como indicada pelo PNA (Programa Nacional de Ação) nos seus objetivos, pelo que as informações são apuradas e inscritas em PRA (Programa Regional de Ação), não tendo assim aplicabilidade em sede de PME (Programas Municipais de Execução).

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (SGIFR)

4.1.2.1

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME, pois centra-se na monitorização da criação e do funcionamento das Comissões Municipais a uma escala sub-regional.

PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

4.1.2.2

Projeto não transitado

Este projeto, não declina para o PME porque o dimensionamento do sistema é elaborado ao nível nacional, com auscultação regional e sub-regional, sendo posteriormente dado conhecimento às Entidades Intermunicipais e Municípios.

O projeto declinou para a sub-região para garantir no estudo de dimensionamento do sistema, a auscultação das Entidades Intermunicipais e se as necessidades apontadas pelos municípios estão a ser satisfeitas. Numa lógica de gestão eficiente de recursos, a informação deve ser agregada a nível sub-regional pela Entidade Intermunicipal (e não a nível municipal).

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO

4.1.2.3

Projeto não transitado

Este projeto não declina para o PME é definido e monitorizado ao nível sub-regional.

NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS

4.1.2.4

Projeto não transitado

Este projeto, a esta data, não declina para o PME porque a auscultação do município é realizada no nível da sub-região, onde existe a monitorização e adequação da aplicação das normas técnicas e diretivas operacionais.

Este projeto pretende garantir a uniformização da execução do planeamento por parte das entidades do SGIFR, reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território.

ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL

4.1.3.1

Projeto não transitado

O projeto visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro para cada nível de planeamento, através da visão integrada do plano de ação.

Trata-se de um procedimento de natureza interna de coordenação da parte da AGIF pelo que a sua incidência no planeamento regional, sub-regional e municipal é meramente indicativa e neste sentido o projeto não se aplica em PME.

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	4.2.2.1
<p>Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME porque a monitorização e avaliação das equipas operacionais envolvidas no SGIFR é realizada ao nível sub-regional, de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional/regional/sub-regional. O cruzamento dos resultados de monitorização/avaliação obtidos em cada entidade com o resultado desses indicadores, permitirá identificar boas práticas e debilidades do sistema, de forma a difundi-las ou a introduzir necessidades/ oportunidades de melhoria bem como o desenvolvimento e implementação de medidas corretivas.</p>	
SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS	4.2.2.3
<p>Projeto não transitado Este projeto não declina para o PME porque as entidades que integram o SGIFR são beneficiárias a nível regional e sub-regional; e não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das Lições Aprendidas e promoção da utilização da capacidade. A monitorização do projeto é garantida a nível sub-regional.</p>	
CENTRO IBÉRICO DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS RURAIS	4.3.1.5
<p>Projeto não transitado Projeto de âmbito regional (PRA), portanto sem aplicabilidade ao PME.</p>	
GESTÃO DA SUPRESSÃO	4.3.2.3
<p>Projeto não transitado Este projeto não declina para PME, e tem objetivo garantir a capacidade das entidades para dar resposta eficaz e eficiente à fase de supressão e socorro, numa lógica de otimização dos meios face às necessidades da sub-região, sendo as necessidades avaliadas ao nível sub-regional.</p>	
IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR	4.4.1.3
<p>Projeto não transitado Este projeto não declina para PME, e tem objetivo garantir a capacidade das entidades para dar resposta eficaz e eficiente à fase de supressão e socorro, numa lógica de otimização dos meios face às necessidades da sub-região, sendo as necessidades avaliadas ao nível sub-regional.</p>	
PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PERITOS INTERNACIONAIS	4.4.2.1
<p>Projeto não transitado Este projeto não declina para PME, e tem objetivo garantir a capacidade das entidades para dar resposta eficaz e eficiente à fase de supressão e socorro, numa lógica de otimização dos meios face às necessidades da sub-região, sendo as necessidades avaliadas ao nível sub-regional.</p>	

VI.4 - Cartografia de Detalhe

Ficha 2.2.1.3 – Garantir a Gestão da Rede Secundária

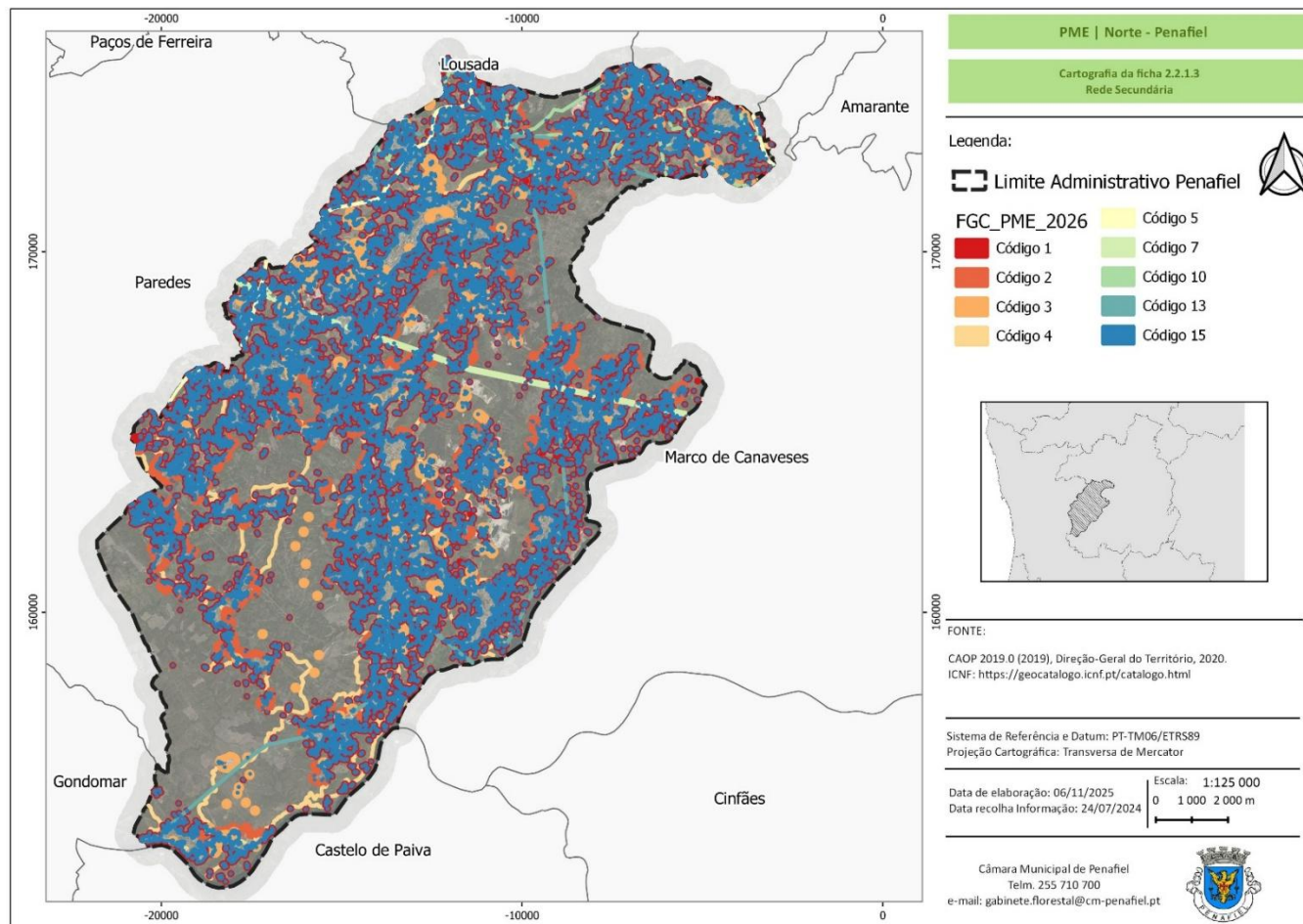


Figura 2 - Mapa da rede secundária prevista no PME para o ano 2026

Mapa da ficha 2.2.1.3 – FGC na envolvente de áreas edificadas – código 2

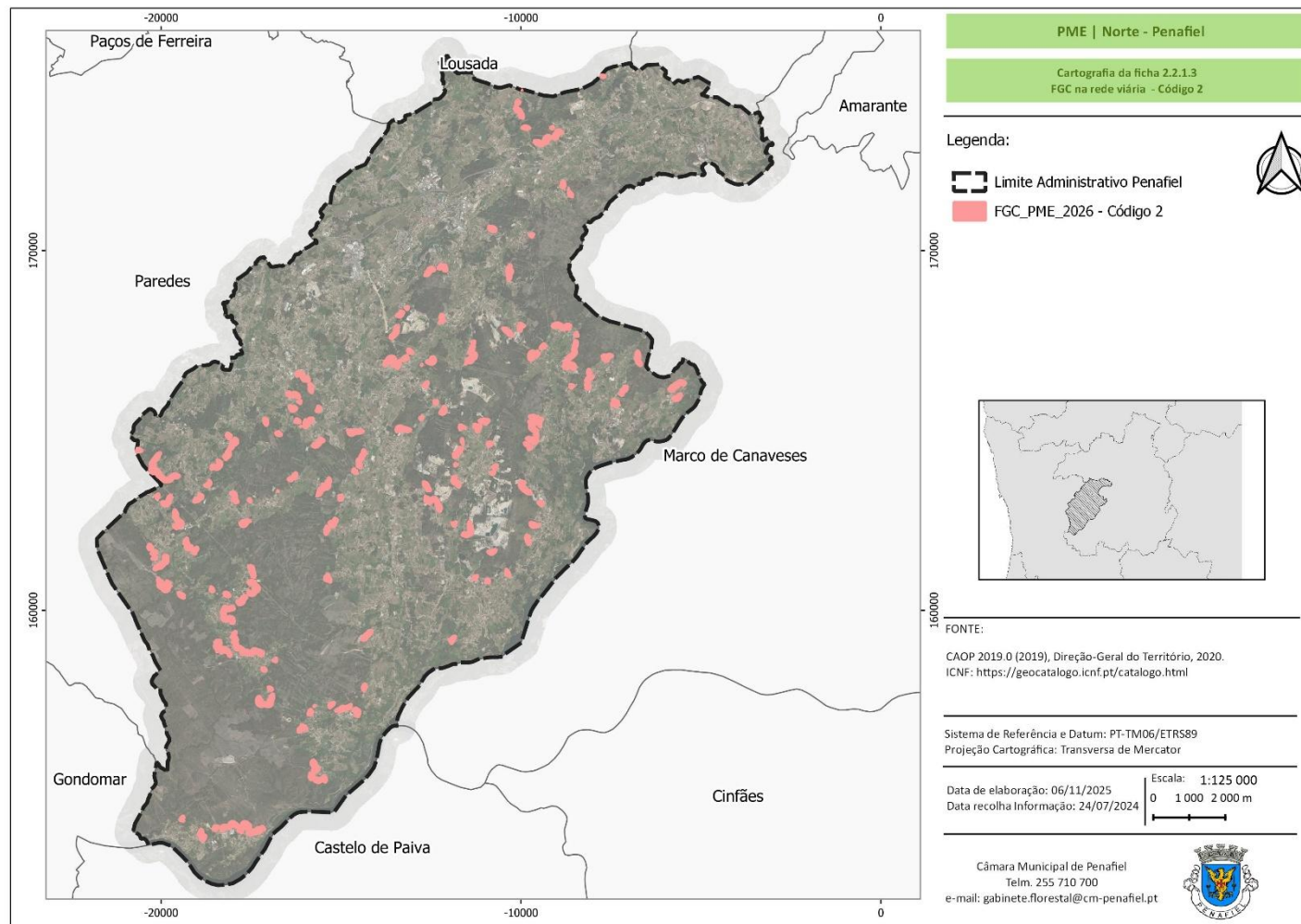


Figura 3 - Mapa da rede secundária na envolvente das áreas edificadas

Mapa da ficha 2.2.1.3 – FGC na Rede Viária – código 4

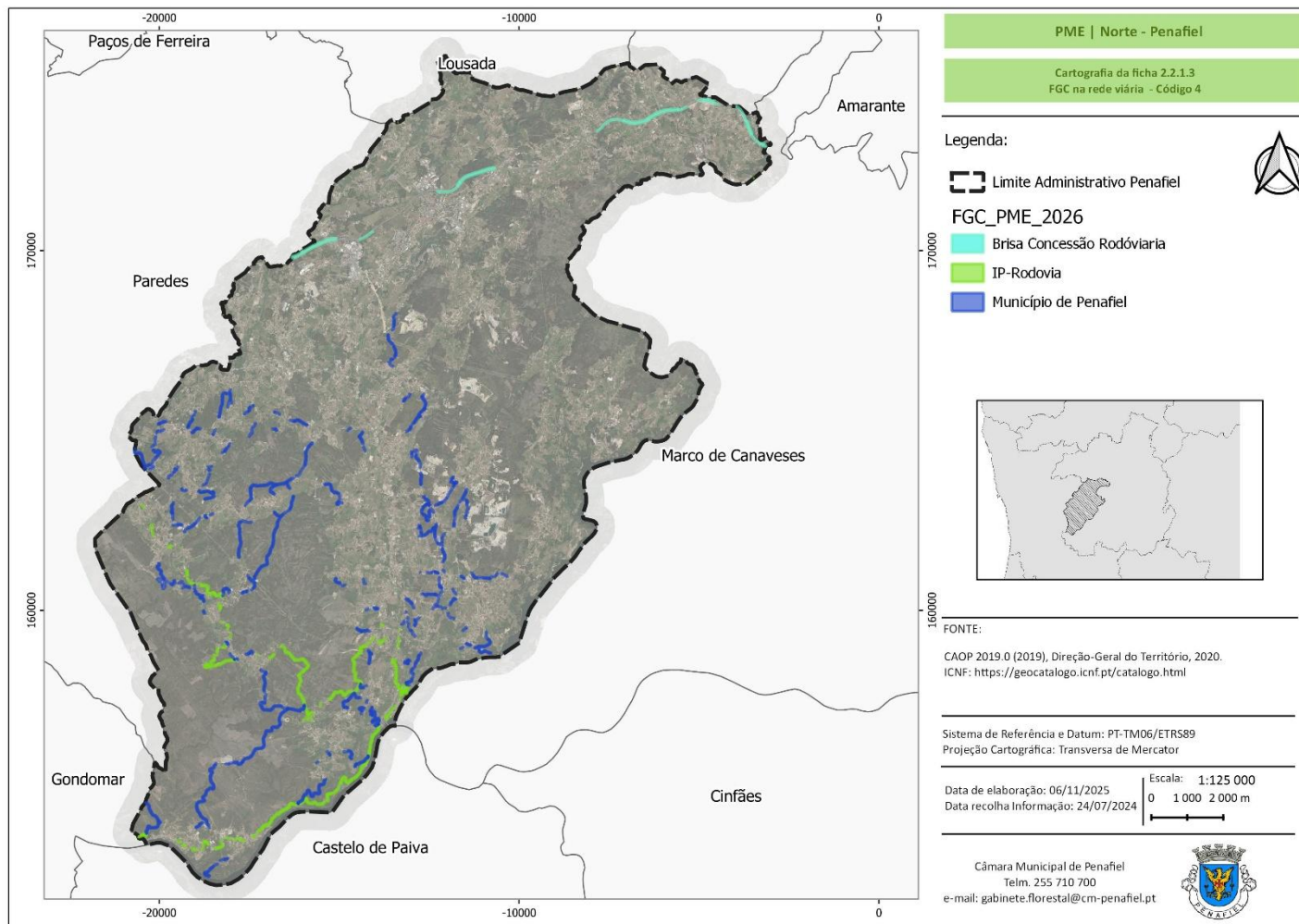


Figura 4 - Mapa da rede secundária na rede rodoviária

Mapa da ficha 2.2.1.3 – FGC na Rede Viária Municipal – código 4

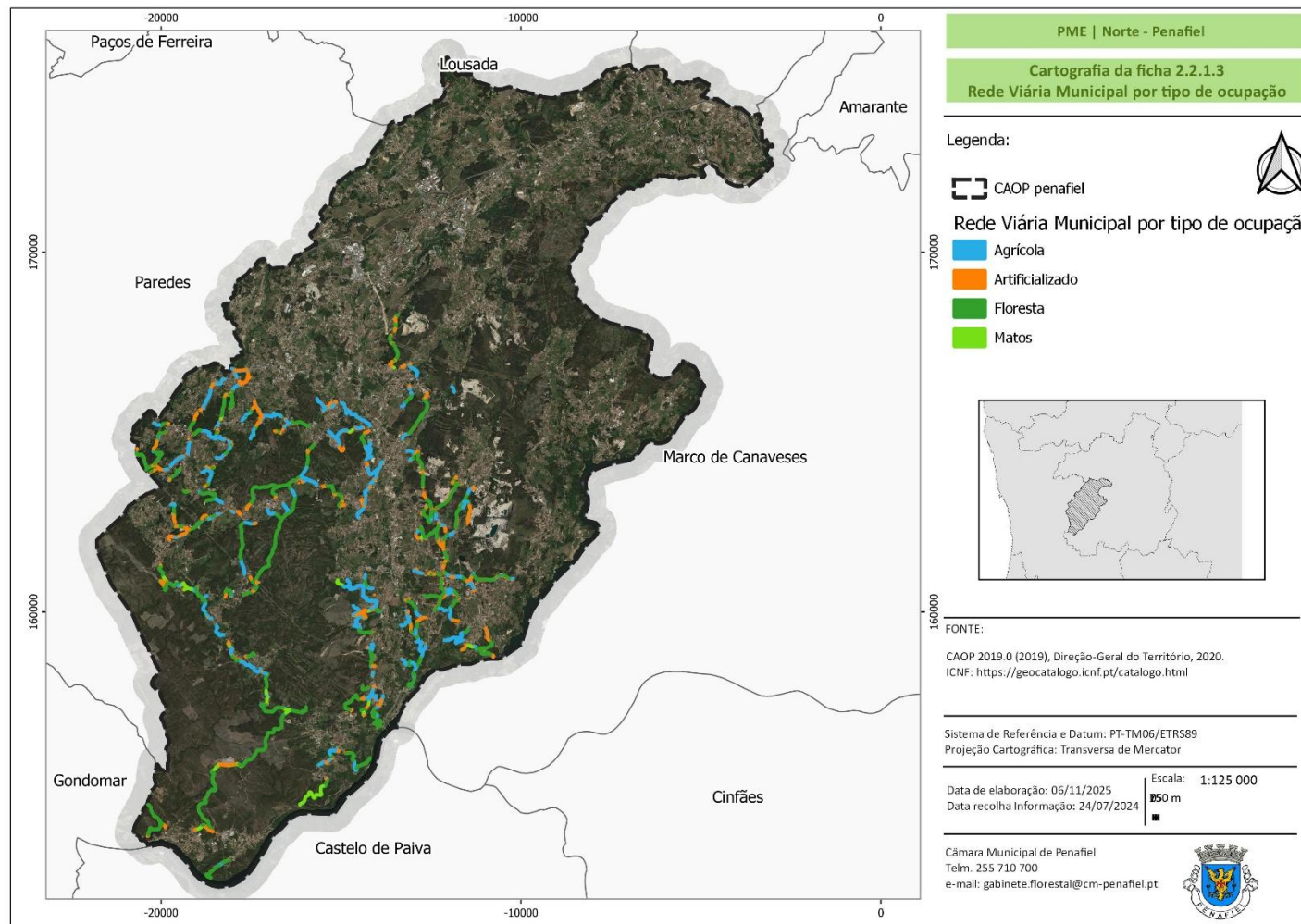


Figura 5 - Mapa da rede secundária na Rede Viária Municipal de acordo com a ocupação

Mapa da ficha 2.2.1.3 – FGC na rede distribuição elétrica – código 7

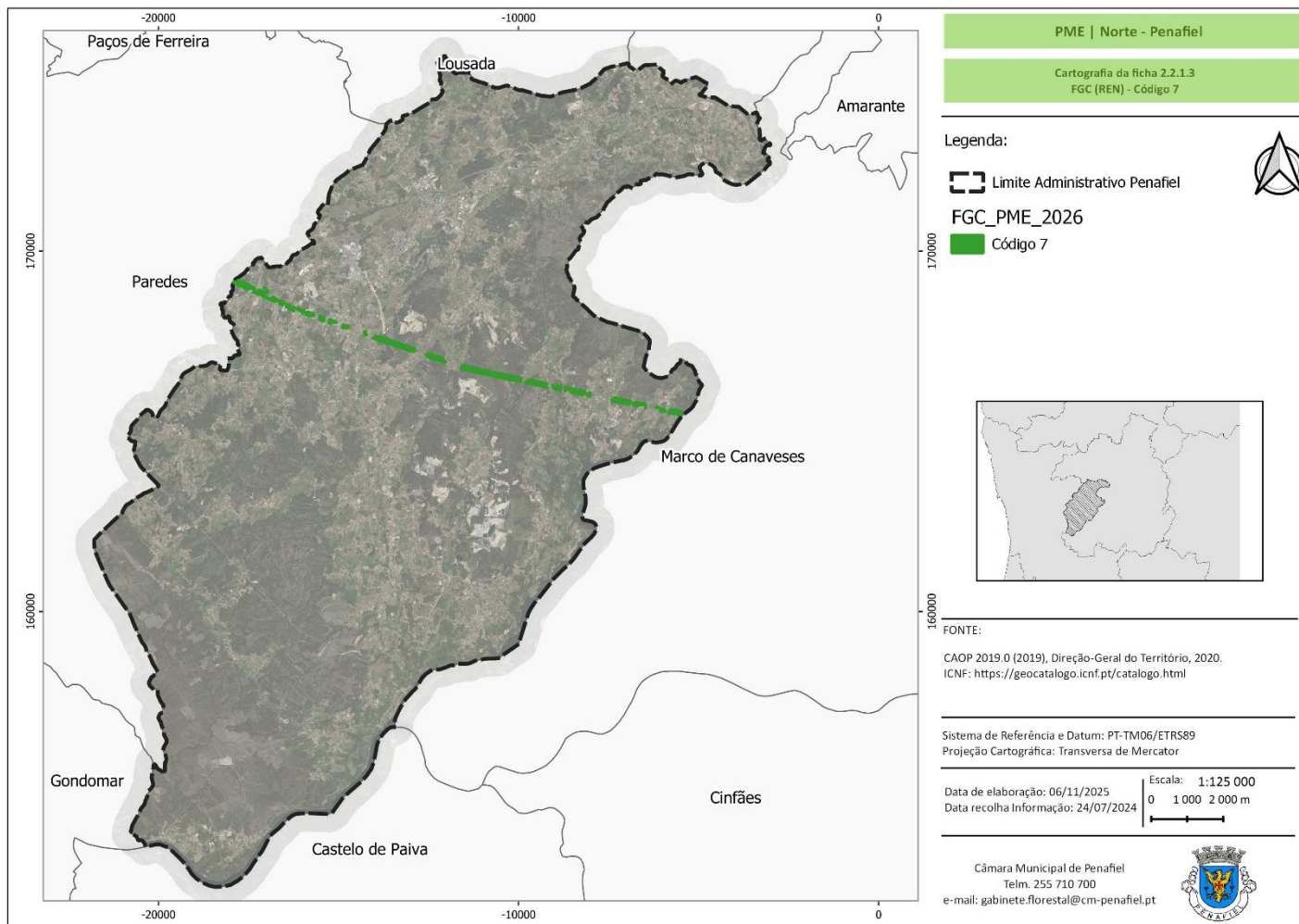


Figura 6 - Mapa da rede secundária na rede de distribuição elétrica - REN

Mapa da ficha 2.2.1.3 – FGC na rede distribuição elétrica – código 10 e 13

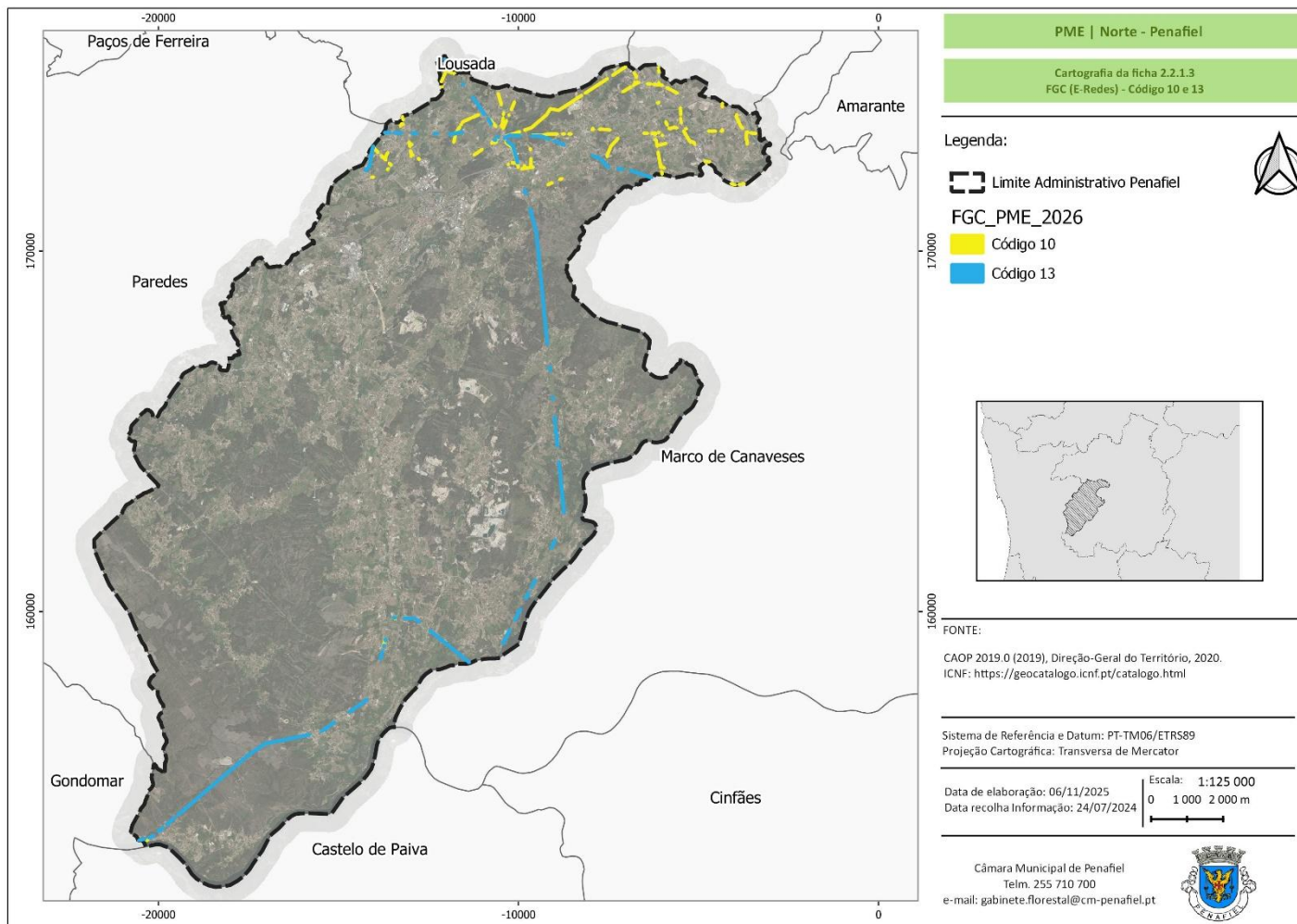


Figura 7 - Mapa da rede secundária na rede de distribuição elétrica - E-redes

Mapa da ficha 2.2.1.6 – Gestão de Galerias Ribeirinhas

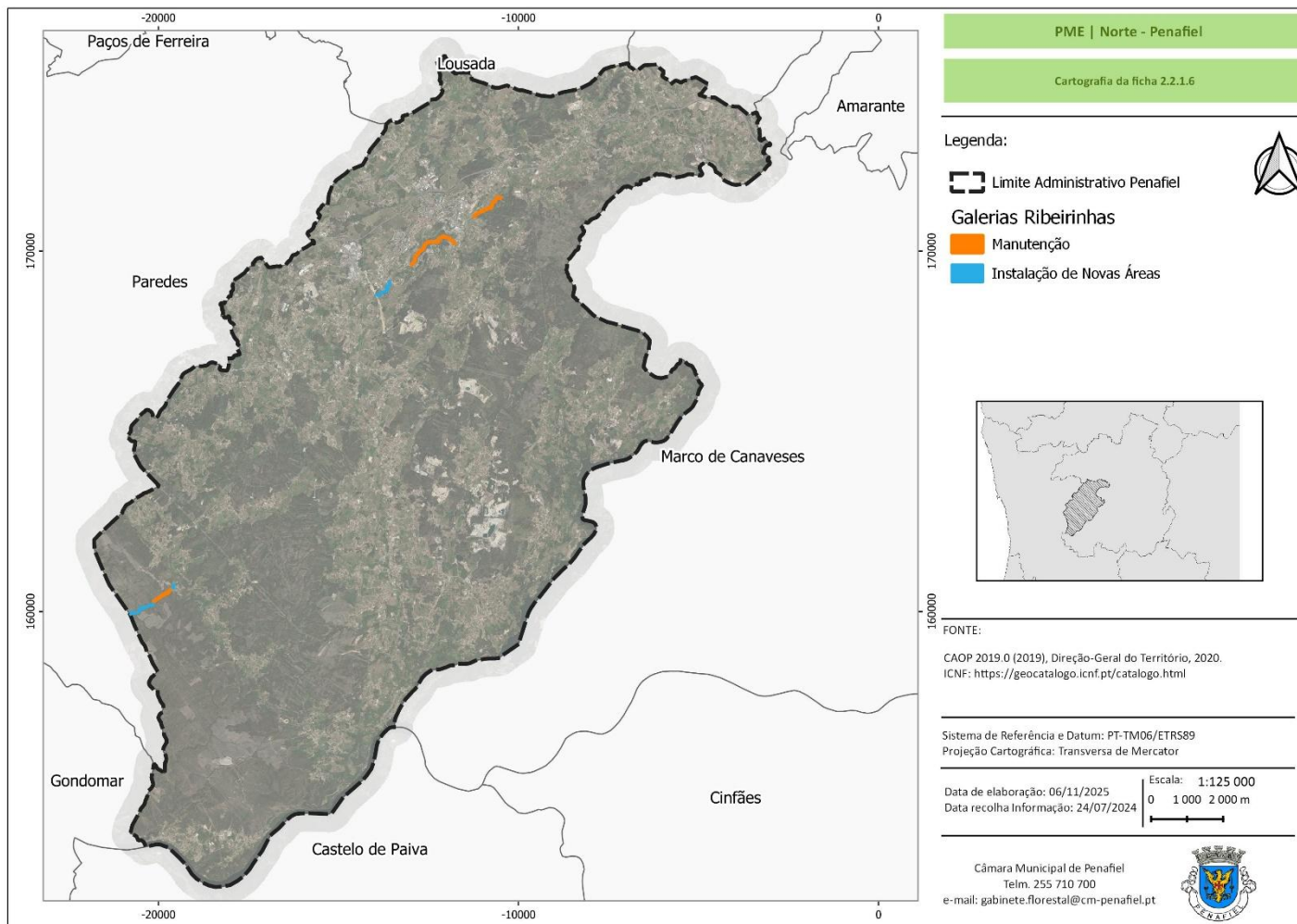


Figura 8 - Mapa das galerias ribeirinhas previstas no PME

Mapa das fichas 2.2.1.3 (Condominio Aldeia) e 2.2.1.4 (Aldeia Segura, Pessoas Seguras)

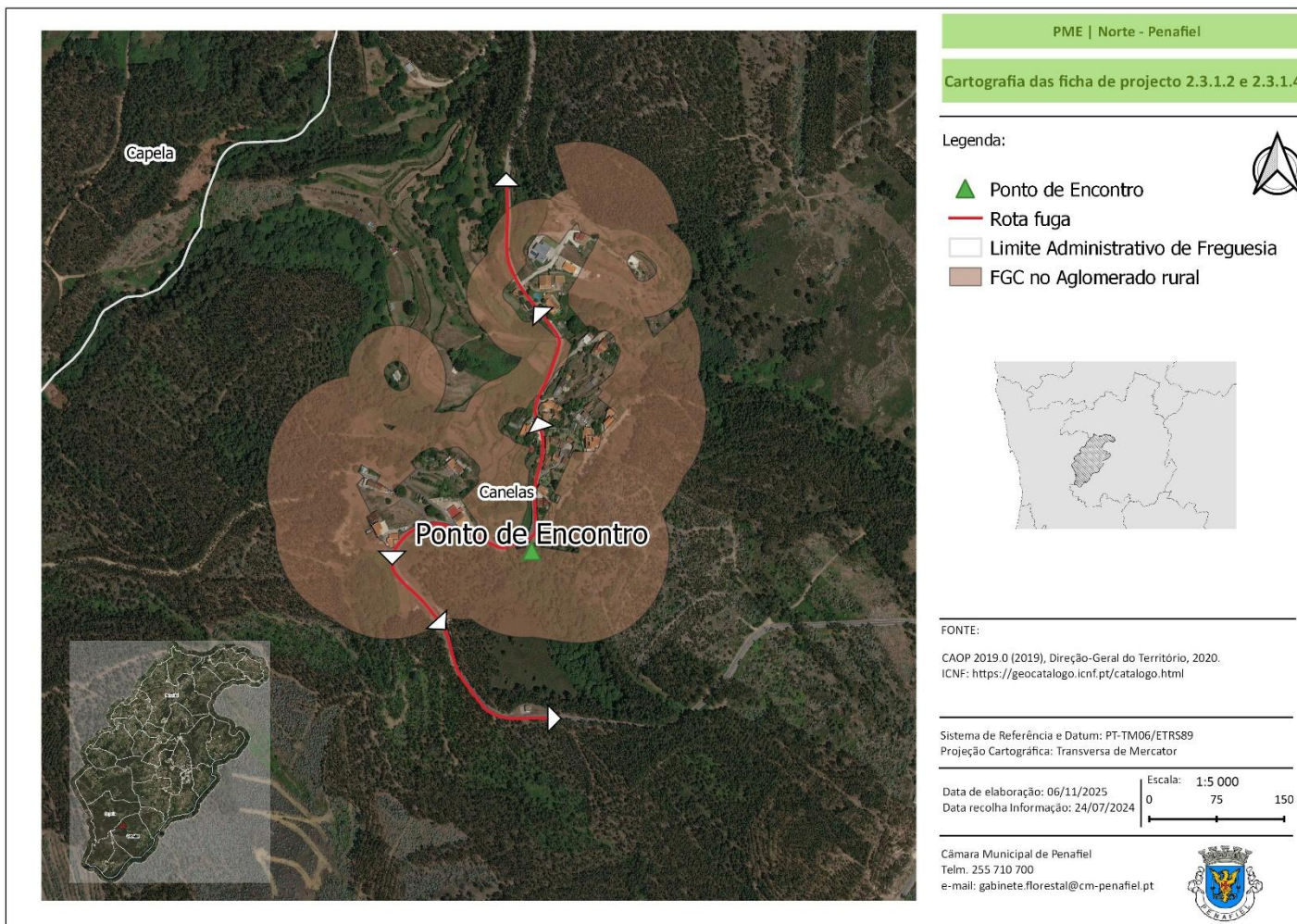


Figura 9 - Envolvente da Aldeia de Vilarinho e eventuais implementações das fichas

Mapa da ficha PT11C 2.3.1.5 - Implementação e beneficiação das redes de defesa

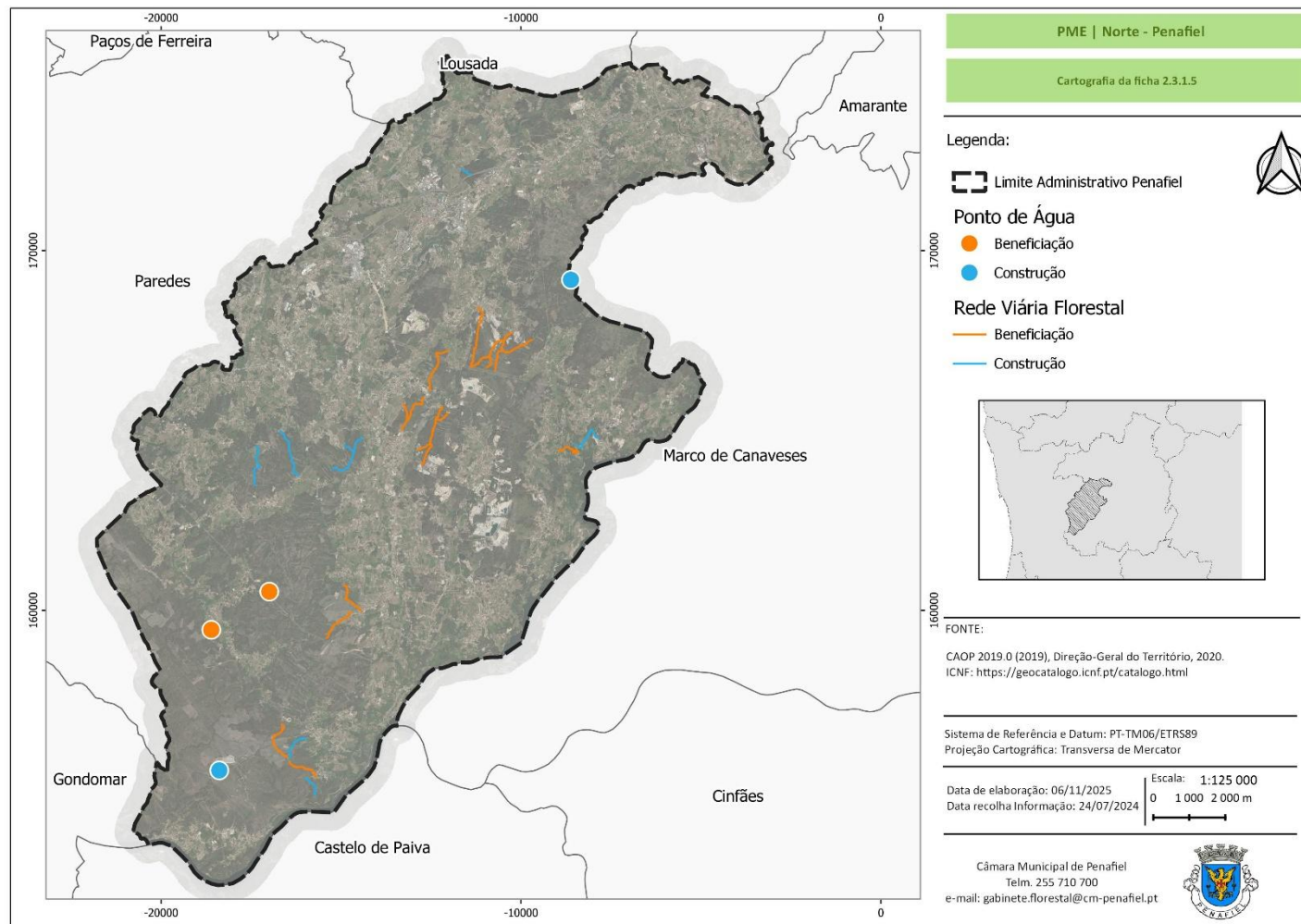


Figura 10 - Mapa da implementação e beneficiação das redes de defesa previstas no PME